

OCUPAÇÃO E FATORES SÓCIO-ECONÔMICOS DO VALE DO TREMEDAL - PARNARAMA, MA.

Prof. Msc. Raimundo Wilson Pereira dos Santos
Universidade Federal do Piauí
geowilson@globo.com

Prof. Dr. José Luís Lopes Araújo
Universidade Federal do Piauí
jlopesaraujo@uol.com.br

RESUMO

Este artigo trata do processo de ocupação e das condições sócio-econômicas atuais do Vale do Tremedal, Parnarama (MA), e tem como objetivo contribuir para o conhecimento do processo histórico de povoamento e as condições sócio-econômicas da população, com o propósito de colaborar para a implementação de Políticas Públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Para levar a cabo esse objetivo, recorreu-se à pesquisa bibliográfica e à pesquisa de campo, com aplicação de formulários e entrevistas. O resultado principal, a que o estudo chegou, foi: o desvelamento de que a ocupação do Vale do Tremedal foi realizada por dois fluxos de povoamento, que ocorreram no sul do Maranhão e na bacia do rio Itapecuru, desde a segunda metade do Século XVIII, denominados de “Corrente Litorânea” e “Corrente Pastoril Baiana”. O estudo revelou também que cerca de 54,9% das famílias possui baixo padrão de vida, com renda mensal inferior a um salário mínimo; o nível educacional da população é precário, com índice de analfabetismo em torno de 41,53%, representado principalmente pela faixa etária de 25 anos em diante; a produção é essencialmente para subsistência, com o uso de técnicas predatórias ao meio ambiente, condições que estão comprometendo o processo de desenvolvimento local sustentável.

Palavras-chave: Povoamento, condições sócio-econômicas, agricultura de subsistência.

ABSTRACT

This article is about the process of occupation and of the current social and economical conditions of the Vale do Tremedal, Parnarama (MA), and has as goal to favour the knowledge about the historical process of settlement and the social and economical conditions of the population, in order to collaborate with the improvement of Public Policies towards the promotion maintainable rural development. Such goal was reached with the help of bibliographical research and field research with applications of forms and interviews. The chief result, that the study evidenced, was the fact of that the occupation of the Vale do Tremedal was fulfilled by two streams of settlement - respectively named “Coastal Current” and “Baiana Pastoral Current” that occurred in the South of Maranhão and in the basin of the Itapecuru river, since the second half of the XVIIIth century. The study also revealed that about 54,9% of the families has low standard of living, with monthly income under a minimum salary; the educational level of the population is unsatisfactory, with the illiteracy index about 41,53%, mostly represented by those aged over 25 years old; the production is essentially for subsistence, with predatory techniques, harmful to the environment, what commits the local and maintainable process of development.

Key-words: Settlement, social and economical conditions, substantial agriculture.

Introdução

O Vale do Tremedal compreende aproximadamente 35% a 40% do território municipal de Parnarama(MA) e está inserido na região dos Tabuleiros e Patamares em Área de Tensão Ecológica da Savana/Floresta, situada no médio Itapecuru (IBGE, 1998). É uma área bastante habitada, sendo que nesse espaço as atividades produtivas (agricultura e pecuária) ocorrem principalmente nas terras que ficam próximas ao leito do brejo Tremedal (curso d’água intermitente) localizado dentro do Vale.

A vulnerabilidade do Vale do Tremedal varia de baixa a muito alta, situação relacionada ao desmatamento que vem ocorrendo com o processo de pecuarização da região em particular, e pela atividade do roçado tradicional, processo agravado com o escoamento superficial, resultando em erosão variando de fraca a forte.

Devido a intensidade de uso da terra pela população rural em função do elevado parcelamento e manejo inadequado do solo, através da queimada e sem o uso da técnica de curva de nível está havendo problemas de degradação ambiental que compromete o desenvolvimento local sustentável na área do referido Vale.

Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo contribuir para o conhecimento do processo histórico de povoamento e as condições sócio-econômicas atuais da população do Vale do Tremedal, com o propósito de colaborar para a implementação de Políticas Públicas direcionadas à promoção do desenvolvimento rural sustentável. Um desenvolvimento que seja pautado nas diretrizes da sustentabilidade ambiental, como forma de melhorar a qualidade de vida da população local.

Para efetivação desse estudo foram utilizadas pesquisa bibliográfica e pesquisa de campo, com aplicação de formulários e entrevistas em onze comunidades situadas na área da pesquisa.

Processo de ocupação do Vale do Tremedal

A ocupação das terras que congregam o Vale do Tremedal (Figura 1) teve sua origem na própria formação político-social do estado do Maranhão, iniciada no Século XVII.

Esse processo político-social se tornou mais evidente a partir da primeira metade do século, quando os portugueses, em 1624, dividiram o país em dois Estados, o do Brasil com sede em Salvador, e o do Maranhão. Essa situação foi retratada pelo escritor maranhense Bandeira Tribuzi (1981) como segue:

[...] o Maranhão pouco evoluiu durante o Século XVII, inicialmente, apenas os portugueses substituíram os franceses na fortaleza-feitoria de São Luís, e ao longo do século, além da tropa e de algumas dezenas de casais açorianos, apenas se instalaram poucos engenhos no vale do Itapecuru, utilizando a mão-de-obra do indígena escravizado (TRIBUZI, 1981 apud IBGE, 1998, p. 57).

A partir da segunda metade do Século XVIII, dois fluxos precursores do povoamento do sul do Maranhão e da bacia do rio Itapecuru foram identificados. O primeiro, denominado de Corrente Litorânea, originando-se em São Luís, subindo o rio Itapecuru, seguiu promovendo plantações de cana-de-açúcar e com o desenvolvimento, dando origem a vilas importantes como Rosário, Coroatá, Codó e Aldeias Altas (atual Caxias), esta, criada logo no início do Século XVIII. O segundo fluxo, conhecido como Corrente Pastoril Baiana, teve sua origem no estado da Bahia, protagonizado por Afonso Mafrense e Domingos Jorge Velho, que, tangendo os rebanhos das margens do rio São Francisco, ultrapassaram a Serra Dois Irmãos e chegaram até as Chapadas do Piauí em 1674, onde o primeiro se estabeleceu, fundando várias fazendas, que serviram como suporte para posterior colonização do Maranhão. Na mesma época, o senhor da Casa da Torre, no litoral baiano, Francisco Dias d'Ávila, transpôs o rio Parnaíba, passando a ocupar terras maranhenses.

Esses dois fluxos sintetizam o movimento de colonização do estado do Maranhão, especificamente na região que é abrangida pela bacia do Parnaíba e do Itapecuru. Nesta última, cerca de 80% da área do antigo município de São José dos Matões se inclui e dentro dela está situado o Vale do Tremedal, que hoje pertence ao município de Parnarama(MA).

O sítio São José, posterior vila de São José dos Matões, ocupou posição importante no intercâmbio comercial entre os colonizadores do Gurguéia e Aldeias Altas (Caxias).

O sítio São José, de Manoel José de Assunção, sertanista morto em expedição contra os timbiras picobgês, tornou-se pouso obrigatório dos colonizadores do Gurguéia que, de Jerumenha no Piauí, buscavam Aldeias Altas (Caxias), que constituía o empório comercial da região. As possibilidades de comércio com esses viajantes desenvolveram o povoado, que em 1833 foi elevado à categoria de vila com a denominação de São José dos Matões (IBGE, 1998, p. 60).

Segundo o historiador Marco Antonio Villa (2000), durante o período da seca de 1915 teriam

morrido cerca de 100 mil nordestinos. Outros 250 mil migraram para escapar da “velha do chapelão” – como a fome era conhecida no imaginário do semi-árido.

A migração de muitos nordestinos também foi patente no período das estiagens de 1919 e 1932. O Sr. Raimundo Barbosa da Silva, conhecido como Mundinho Barbosa, morador da comunidade Estreito, localizada na área da pesquisa, afirmou, em entrevista realizada no dia 08 de fevereiro de 2005, que por volta de 1932 muitos cearenses vieram morar na região do Vale do Tremedal.

Inicialmente, a ocupação do Vale do Tremedal se deu com a instalação de fazendas de gado decorrente do processo histórico de colonização. Todavia, a partir do final do Século XIX e início do XX, a imigração promoveu o aumento da população em decorrência das estiagens que ocorreram na região Nordeste, notadamente no sertão nordestino.

As secas de 1877, 1915, 1919 e 1932, sem excluir outras que se sucederam, foram caracterizadas pela morte de muitos nordestinos e pela migração de milhares para outras regiões do país.

Durante a seca de 1877, milhares de nordestinos famintos, cerca de 110 mil, saíram dos sertões e invadiram a cidade de Fortaleza, assustando os moradores que viviam a ilusão de urbanismo e civilidade, importada de Paris (VILLA, 2000).

Segundo o historiador Marco Antonio Villa (2000), durante o período da seca de 1915 teriam morrido cerca de 100 mil nordestinos. Outros 250 mil migraram para escapar da “velha do chapelão” – como a fome era conhecida no imaginário do semi-árido.

A migração de muitos nordestinos também foi patente no período das estiagens de 1919 e 1932. O Sr. Raimundo Barbosa da Silva, conhecido como Mundinho Barbosa, morador da comunidade Estreito, localizada na área da pesquisa, afirmou, em entrevista realizada no dia 08 de fevereiro de 2005, que por volta de 1932 muitos cearenses vieram morar na região do Vale do Tremedal.

Do estado do Piauí, também vieram muitas famílias morar nessa região do Vale do Tremedal. Depoimentos de moradores da área da pesquisa confirmam a migração de piauienses em razão das estiagens já mencionadas.

O Sr. Raimundo Ribeiro Gonçalves, conhecido como Raimundo Elias, morador da comunidade Boa Vista, fez o seguinte comentário numa entrevista realizada em 07 de fevereiro de 2005, após ser indagado com a pergunta: Você sabe porque as pessoas vieram morar nessa região?

Rapaz é porque as terras eram boa pra legume, as terras eram boa pra legume, e muita gente vindo... É porque no Piauí as coisas vêm vindo devagar, eles vem atravessando pra cá e ficando. Pelo menos meu avô, quando eles vieram pra cá, finado Germano Barbosa, que era irmão, eles vieram de Marvão [hoje Castelo do Piauí] lá do Piauí, que lá era assim, negócio seco, eles vieram pra cá (GONÇALVES, 2005, entrevista).

Esse mesmo morador acrescentou informando que a família Barbosa, da qual faz parte, veio do Piauí por volta de 1915/1920.

Informou ainda que seu vizinho e compadre também veio do Piauí e sua mulher do Ceará. “A muié do compade Louro é do Ceará... Ele é do Piauí, mas ela é do Ceará” (GONÇALVES, 2005, entrevista).

O Sr. Otaviano da Costa Lima, morador da comunidade Olho d’Água do Manoel Teodoro, em entrevista realizada no dia 08 de fevereiro de 2005, também comentou sobre os piauienses que migraram para a região.

[...] Teve uma época que tinha muita gente aqui. Tinha uns piauizeiros que encheu aqui de piauizeiros. Aí eles passaram uns cinco, seis anos, aí melhoraram de vida, tornaram voltar pro Piauí. Mas tinha muita gente nessa região. Moraram mermo... Tinha uns dez piauizeiros que moraram aqui mermo nessa terra nossa (LIMA, 2005, entrevista).

Como pode ser constatado pelos depoimentos, a ocupação do Vale do Tremedal sofreu influência do processo migratório decorrente das estiagens históricas ocorridas no Nordeste do Brasil. Mas o começo deu-se com o movimento de colonização do estado do Maranhão, quando promoveu a instalação

de fazendas de gado bovino.

Com a criação do município de Parnarama em 1949 as relações da região do Vale do Tremedal com a sede municipal aumentaram, intensificando a ocupação. Todavia, a partir de 1980, conforme dados dos censos demográficos e contagem da população no período de 1980 a 2000, teve início no município o fenômeno do êxodo rural.

Esse fenômeno promoveu e continua promovendo a emigração da população para a sede municipal, bem como para outros centros urbanos como Caxias, Timon e Teresina.

No Vale do Tremedal, muitas famílias já migraram para esses centros urbanos. Contudo, várias delas ainda mantêm estreita relação com o Vale, possuindo chácaras e pequenas propriedades, que utilizam como espaço de lazer e também para a produção local, principalmente de gado bovino.

Condições sócio-econômicas do Vale do Tremedal na área da pesquisa

O lugar protagoniza a formação sócio-espacial e é nele que ocorrem as transformações concretas que (re)produz o espaço geográfico a cada instante pelo modo de produção vigente (SANTOS, 1996).

O Vale do Tremedal possui características específicas que permitem a análise do espaço a partir dos elementos sociais e econômicos, numa perspectiva de sustentabilidade sócio-ambiental.

Das 556 pessoas contempladas na pesquisa, 296 eram do sexo masculino e 260 do sexo feminino, correspondendo, respectivamente, a 53,2% e 46,8% (Tabela 1). Todavia, para análise da escolaridade foi considerado a idade a partir dos 7 anos, o que totalizou 484 pessoas, sendo 255 (52,7%) do sexo masculino e 229 (47,3%) do sexo feminino. Ainda com relação à escolaridade, foram definidos os seguintes níveis: Analfabeto, Ensino Fundamental incompleto, Ensino Fundamental completo, Ensino Médio incompleto, Ensino Médio completo, Ensino Superior incompleto e Ensino Superior completo, considerando as faixas etárias de 7 a 14 anos, 15 a 17 anos, 18 a 24 anos e 25 anos ou mais de idade, esta última representando a idade adulta. A distribuição etária foi orientada de acordo com a classificação do Ministério da Educação e Cultura (EC).

Tabela 1 – Distribuição por sexo da população pesquisada no Vale do Tremedal – 2004		
Sexo	Número absoluto	%
Masculino	296	53,2
Feminino	260	46,8
Total	556	100,0
Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004.		

Nas famílias pesquisadas, 47 (38,52%) chefes de famílias eram do sexo masculino e 75 (61,48%) do sexo feminino, nos quais a distribuição por sexo e profissão é apresentada na Tabela 2. Quatro tipos de profissões foram levantados: agricultor(a), “do lar”, costureiro(a) e professor(a), sendo que a profissão predominante é a de agricultor(a) com 63,1%, seguida pela “do lar” com 33,6%. Nessas duas profissões, o sexo feminino representa 59,02% dos 122 chefes de famílias, porém, a profissão “do lar”, que participa com 33,6%, relaciona-se com a de agricultor, já que as mulheres atuam também na lavoura participando do processo produtivo. Diretamente, o que pode ser inferido é que a mulher do campo tem função dupla.

As categorias profissionais foram estabelecidas durante a realização da pesquisa de campo com investigação junto ao chefe de família, que se autoclassificava no momento da indagação.

Quanto à estrutura de saúde, a área da pesquisa não possui nenhum posto médico. A população utiliza os serviços de saúde do povoado Brejinho do Ismael, da sede municipal e de Teresina, conforme dados dispostos na Tabela 3. A pesquisa de campo revelou que 70,5% das famílias pesquisadas procuram assistência médica na sede municipal, 18,9% em Teresina e apenas 9,8% no povoado Brejinho do Ismael (Tabela 3).

Esses dados mostram que a procura ocorre numa escala maior pelos serviços prestados na sede municipal em função da melhor estrutura ali existente, sendo que a procura pela assistência médica em Teresina se dá quando há necessidade de serviços mais especializados.

A estrutura da educação no aspecto físico é constituída de pequenas escolas que funcionam precariamente nas comunidades Baixa da Palmeira (Escola Municipal *São José*), Olho d'Água do Manoel Teodoro (Escola Municipal *Olímpio Braga*), Gavião (Creche *Santa Rosa*), Coruja (Escola Municipal *Magno Barcelar*), Fazenda Nova (Escola Municipal *25 de Dezembro*) e Boa Vista (Escola Municipal *10 de Abril*).

Profissão	Sexo		Total	%
	Masculino	Feminino		
Agricultor(a)	46	31	77	63,1
Do Lar	-	41	41	33,6
Costureira	-	1	1	0,8
Professor(a)	1	2	3	2,5
Total	47	75	122	100,0

Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004.

No dia 21 de novembro de 2004, na comunidade Boa Vista, a Professora da Escola Municipal *10 de Abril*, Francisca da Silva Sousa, declarou (comunicação verbal) que não funcionou o Ensino de Jovens e Adultos (EJA) em 2004 e que durante o dia a escola funciona em uma casa de forno (casa de farinha) para os alunos da 1ª à 4ª série do Ensino Fundamental porque o prédio da escola não oferecia condições de segurança. Declarou ainda que o prefeito eleito (que assumiria em janeiro de 2005) prometeu fazer uma nova escola. Essa realidade dificulta o desenvolvimento das atividades pedagógicas no processo de ensino-aprendizagem.

Local	Número absoluto	%
Teresina-PI	23	18,9
Parnarama-MA (sede)	86	70,5
Povoado Brejinho do Ismael	12	9,8
Outro município	1	0,8
Total	122	100,0

Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004.

Na Tabela 4, que apresenta o número das pessoas com 7 anos ou mais de idade, por escolaridade e faixa etária, a taxa de analfabetismo é de 24,2%, na qual a população adulta tem maior participação, contribuindo com 82,91% do total dos analfabetos (117 pessoas), seguida pela faixa etária de 18 a 24 anos com 11,97%. Outro dado relevante é o número de adultos com Ensino Fundamental incompleto (126 pessoas), uma vez que a pesquisa revelou apenas 12 pessoas ainda estudando nesse grupo de idade, fato que levanta a hipótese de que nem todos são alfabetizados, isto é, declararam que possuem o Ensino Fundamental incompleto com receio de informar que são analfabetos. Avalia-se que cerca de 50% do total que declararam possuir o Ensino Fundamental incompleto e deixaram de frequentar a escola (167 pessoas) são analfabetas funcionais, ou seja, 84 pessoas, o que elevaria a taxa de analfabetismo para 41,53%.

Tabela 4 – Número de pessoas com 7 anos ou mais de idade, por escolaridade e faixa etária na área da pesquisa – 2004						
Escolaridade	Faixa etária (anos)				Total	%
	7 a 14	15 a 17	18 a 24	25 ou + (*)		
Analfabeto	3	3	14	97	117	24,2
Fundamental incompleto	94	39	63	126	322	66,5
Fundamental completo	-	-	1	3	4	0,8
Médio incompleto	-	2	8	6	16	3,3
Médio completo	-	-	6	12	18	3,7
Superior incompleto	-	-	2	2	4	0,8
Superior completo	-	-	1	2	3	0,6
Total	97	44	95	248	484	100,0
Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004. (*) População Adulta						

Analisando os números da pesquisa, observa-se que 117 pessoas nunca freqüentaram a escola e 167 pessoas (51,9%) das 322 que possuem o Ensino Fundamental incompleto, deixaram de freqüentar a escola. A pesquisa detectou que 186 pessoas (94,4%) do total de 197 que deixaram de freqüentar a escola, encontram-se na faixa etária de 18 anos ou mais de idade, ao passo que das 170 pessoas que freqüentam, 72,9% (124 pessoas) fazem parte da faixa etária entre 7 e 17 anos de idade. Foi detectado ainda que apenas 35,1% do total das pessoas com 7 anos ou mais de idade (484 habitantes) estão estudando, ou seja, 170 pessoas, um pouco mais de 1/3, no qual a faixa etária de 7 a 14 anos de idade contribui com 19,0% (92 pessoas) e a de 15 a 17 anos com 6,6% (32 pessoas).

Esses dados refletem a necessidade de uma política de educação mais consistente com relação à alfabetização da população do Vale do Tremedal, principalmente na faixa etária adulta, pois apenas 12 pessoas, o equivalente a 4,8% das 248 pessoas dessa faixa, estão freqüentando a escola. É importante salientar que, das 117 pessoas que nunca freqüentaram a escola, 82,9% (97 pessoas) encontram-se na faixa etária de 25 anos ou mais de idade, realidade que repercute negativamente no desenvolvimento local. Segundo Jara (1998, p. 273, grifo do autor), educação e informação são prioridades quando ressalta que:

Por meio da educação e da informação, é possível semear na mente e no espírito coletivo das comunidades uma consciência mais esclarecida, bem como um sentimento de ‘torcida’ dirigido à mudança nos relacionamentos entre atores e classes sociais, e entre a sociedade e a natureza.

Quanto aos domicílios, na Tabela 5 são apresentadas as características físicas das residências. Pode-se observar a predominância de residências com cobertura de palha, parede de taipa e piso de chão batido. Dos 122 domicílios visitados, 62,3% (76 domicílios) tinham cobertura de palha, 80,3% (98 domicílios) possuíam parede de taipa e 83,6% (102 domicílios) tinham o piso de chão batido. Na mesma Tabela, observa-se também que entre as residências com essas características e com o número de cômodos entre 3 e 6, a participação das casas com cobertura de palha corresponde a 72 domicílios (94,74%) do total de 76 domicílios, parede de taipa 93 domicílios (94,90%) do total de 98 domicílios e piso de chão batido 96 domicílios (94,12%) do total de 102 domicílios.

Analisando os dados acima, conclui-se que a maioria da população da área da pesquisa possui precárias condições de moradia, condição que pode ser ampliada para toda região do Vale do Tremedal. Essa constatação verificada na pesquisa contrasta com a existência de moradias de ótima qualidade, normalmente pertencente a proprietários que residem na sede municipal ou em Teresina.

A infra-estrutura do abastecimento de água nas comunidades é praticamente inexistente, pois somente a comunidade Gavião é dotada de um sistema de abastecimento com poço tubular e rede de distribuição, porém sem qualquer tipo de tratamento. Esse sistema, que atende também algumas famílias das comunidades Olho d'Água do Manoel Teodoro e Guarapir, abrange apenas 11,86% das 177 famílias residentes na área da pesquisa.

Cômodos	Cobertura		Parede			Piso		
	Telha	Palha	Tijolo	Taipa	Adobe	Cermica	Cimento	Chão batido
3	6	14	2	17	1	-	3	17
4	10	22	2	29	1	-	2	30
5	10	24	2	29	3	-	3	31
6	12	12	2	18	4	1	5	18
7	6	1	4	3	-	1	2	4
8	1	3	-	2	2	-	2	2
10	1	-	1	-	-	-	1	-
Total	46	76	13	98	11	2	18	102

Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004.

Nas comunidades da área da pesquisa a fonte de água e o tratamento da água consumida apresentam os seguintes números, onde mostram que 21 (17,21%) das famílias pesquisadas têm rede de abastecimento através de poço tubular, 97 (79,51%) utilizam água de poço cacimbo¹ e de cacimba². Quanto ao tratamento dado  água para consumo, 19 ou 15,57% das famílias filtram e 77,05% (94 famílias) apenas utilizam a prática de coar para eliminar parte das impurezas (resíduos sólidos).

O problema de abastecimento de água agrava-se no período de estiagem, com os reservatórios de águas naturais secando e os poços cacimbes diminuindo a vazão. Esse problema foi constatado de maneira simples pelo Sr. Raimundo Barbosa da Silva, morador da comunidade Estreito em 08 de fevereiro de 2005: “A gua do poço cacimbo está baixando no verão. [...] estão dando água para o gado puxando do poço” (SILVA, 2005, entrevista).

No período da pesquisa, as comunidades eram dotadas de um sistema de fornecimento de energia monofásico que tinha como destino final o povoado Brejinho do Ismael, mas ainda no ano de 2004 foi transformado para trifásico. Das residências visitadas durante a pesquisa 39,3% (48 famílias) não utilizavam energia elétrica.

Com relao ao destino do lixo doméstico, das 122 famílias consultadas na pesquisa, 94 (77,1%) depositam o lixo produzido em terreno baldio /céu aberto, 25 famílias (20,5%) declararam que queimam, 2 (1,6%) enterram e 1(0,8%) declarou outros procedimentos. Já o destino dos dejetos humanos verificados para o mesmo número das famílias consultadas na pesquisa foi o seguinte: fossa séptica, 14 famílias (11,5%); buraco/privada, 23 famílias (18,9%); terreno baldio, 2 famílias (1,6%); no mato, 83 famílias (68,0%).

Esses dados refletem a carência de política de saneamento na área de estudo, os quais servem como parâmetro para análise das condies sanitárias da populao rural do município de Parnarama e, em particular, da região do Vale do Tremedal.

A produo agropecuária na área da pesquisa é utilizada essencialmente para o consumo. A pesquisa detectou 74 famílias (60,7%) que produzem especificamente para consumo e 46 (37,7%) para consumo/comercializao, restando um percentual de 1,6% que não produz (duas famílias de aposentados). Toda a produo comercializada é realizada após a colheita/engorda.

É importante ressaltar que a atividade produtiva é realizada com bastante intensidade dentro do Vale próximo às margens do brejo Tremedal com manejo inadequado do solo, provocando o assoreamento do mesmo. Das 122 famílias investigadas durante a pesquisa de campo, 55, ou seja, 45,1% possui cultivo próximo ao leito do brejo.

A intensidade de uso ao longo de todo o Vale é provocada pela escassez de terra para cultivo relacionada à demografia elevada e pela existência de grandes fazendas dentro do Vale do Tremedal com criação de gado bovino para comercialização. Também os micros, pequenos e médios criadores situados no Vale contribuem com o processo de uso inadequado do solo.

Na Tabela 6, a origem do financiamento da produção está assim apresentada: financiamento próprio com uma participação de 92,5%, o bancário com 5,0% e o bancário/próprio com 2,5% do total das famílias que exploram as atividades agropecuárias na área da pesquisa.

Esses números traduzem a necessidade de apoio ao financiamento da produção através de Políticas Públicas voltadas para o pequeno agricultor.

Tabela 6 – Número de famílias que exploram atividades agropecuárias na área da pesquisa, por origem do financiamento da produção - 2004		
Origem do financiamento da produção	Número de Famílias	%
Próprio	111	92,5
Bancário (PRONAF)	6	5,0
Bancário (PRONAF) e próprio	3	2,5
Total	120	100,0
Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004.		

Das famílias pesquisadas, duas não exploram atividades agropecuárias, fato relacionado às famílias de aposentados. Na pesquisa, foram encontradas 42 famílias que possuem aposentados, perfazendo 34,43% das 122 famílias pesquisadas e um total de 57 aposentados, que correspondem a 10,25% das 556 pessoas pesquisadas.

A quantidade da produção agrícola e pecuária levantada junto às famílias está discriminada na Tabela 7, na qual a produção anual de arroz se destaca com um total de 257.300 quilogramas em 208,45 hectares cultivadas, obtendo assim uma produção média por hectare de 1.234 quilogramas. Outro produto que se destaca é a mandioca com 132.400 quilogramas produzidos na última safra. A produção anual de farinha branca e de puba, que totaliza 40.240 quilogramas, tem grande importância econômica local.

Na área da pesquisa, o rebanho bovino possui um número de 2.298 cabeças, segundo a Agência Estadual de Defesa Agropecuária do Maranhão (AGED-MA). No entanto, na amostra da pesquisa, foi encontrado 815 cabeças do referido rebanho.

Quanto à comercialização anual, destacam-se os produtos: banana, farinha, feijão e arroz com 53,19%, 23,41%, 22,90% e 17,22% da produção, respectivamente (Tabela 7). Observa-se que a comercialização é baixa, confirmando a informação de utilização para consumo.

Os principais produtos classificados durante a pesquisa (Tabela 7), se destacam no que tange ao destino da produção para consumo familiar, pois com exceção do produto banana, os demais possuem percentuais de autoconsumo acima de 75%.

O percentual de mais de 50% alcançado na comercialização da banana é explicado pela produção declarada pelo produtor da comunidade Olho d'Água do Manoel Teodoro Sr. Otaviano da Costa Lima, que produz anualmente em média 20.000 unidades e comercializa 75% da produção.

Dado que também merece análise é o pequeno percentual dos animais declarado como comercializado (Tabela 7). Cabe ressaltar que, na quantidade destinada para autoconsumo dos produtos pecuários, há uma considerável parcela que é utilizada como reserva / poupança para vendas eventuais, de acordo com as necessidades da família.

Tabela 7 – Produção e comercialização de produtos agropecuários na área da pesquisa – 2004				
Produto	Unidade	Quantidade produzida	Autoconsumo	Comercialização
Comparando a quantidade produzida da pesquisa, com os totais produzidos para os mesmos produtos no município de Parnarama no ano de 2002, obtêm-se os seguintes resultados de participação relativa: arroz 4,14%, feijão 4,24%, milho 2,98%, mandioca 5,5% e banana 11,1%. Analisando esses percentuais, com exceção do produto banana, que é uma produção localizada, conclui-se que pela extensão do Vale do Tremedal, cerca de 100km, este possui uma participação de destaque na produção do município.	Quant.	%	Quant.	%
Temporário				
Arroz	Kg	257.300	213.000	82,78
Feijão	Kg	12.795	9.865	77,10
Milho	Kg	36.570	51.480	86,08
Mandioca*	Kg	132.460	0	0
Produto industrializado				
Farinha (branco e amarelo)	Kg	40.240	30.820	76,59
Goma	Kg	5.425	5.425	100,00
Permanente				
Fruitas (banana)	Unidade	28.200	13.200	46,81
Pecuário**				
Bovino	Cabeça	113	54	47,79
Suíno	Unidade	11	11	100,00
Caprino	Unidade	55	55	100,00
Aves	Unidade	108	108	100,00

Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004

* Utilizada na produção da farinha e da goma.

** Quantidade de capotadores e pensão) Programa Social

A pesquisa revelou que 54,9% das famílias analisadas se encontram na primeira faixa salarial, 26,2% na segunda, 14,8% na terceira, 1,6% na quarta e 2,5% na quinta, conforme Tabela 8.

Mais da metade das famílias da área da pesquisa possui renda inferior ao salário mínimo, repercutindo em baixo padrão de vida da população local. Pode-se inferir que esta realidade se estende por toda zona rural do município, respaldada também pelo indicador da proporção de pobres para o município de Parnarama em 2000 de 83,5%, conforme o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil.

Durante a pesquisa de campo foi realizada investigação sobre a situação da família na terra, com o propósito de classificar os produtores da área da pesquisa.

No número de famílias, por faixa de renda mensal em salário mínimo, segundo a situação do chefe de família na terra, está configurado a maior participação das famílias na faixa de menos de um salário mínimo, correspondendo a 54,92% (67 famílias) das 122 pesquisadas.

Na primeira faixa de renda mensal, a categoria morador/agregado se destaca com uma participação de 43,44% (53 famílias) do total das famílias pesquisadas (122 famílias) e 71,62% do total da categoria (74 famílias). Dentro dessa mesma faixa, o número de famílias cujo chefe é proprietário, a participação é também significativa, com 27,66% (13 famílias) do total das famílias na categoria (47 famílias).

Faixa de renda mensal em salário mínimo	Número de famílias	%
Menos de 1 SM	67	54,9
1 SM a menos de 2	32	26,2
2 SM a menos de 3	18	14,8
3 SM a menos de 4	2	1,6
4 SM e mais	3	2,5
Total	122	100,0

Fonte: Pesquisa direta, abril / 2004. SM = Salário Mínimo
Salário mínimo utilizado: R\$240,00.

As famílias da faixa salarial de um salário mínimo a menos de dois apresentam percentuais de 34,04% (16 famílias) e 21,62% (16 famílias) do total das famílias situadas nas categorias proprietário (47 famílias) e morador/agregado (74 famílias), respectivamente.

A partir da renda mensal de dois salários mínimos, os chefes de famílias da categoria proprietário mantêm uma maior participação, ao contrário dos chefes da categoria morador/agregado, que possui participação apenas nas três primeiras faixas salariais. A quantidade de famílias na terceira faixa salarial, que tem como chefes proprietários, apresenta participação relativamente igual às duas primeiras 27,66% (13 famílias) e na quarta e quinta faixas possuem 4,26% (2 famílias) e 6,38% (3 famílias).

A constatação principal dos dados está no fato da maioria das famílias, cuja situação do chefe da família na terra é proprietário se encontrar nas duas primeiras faixas de renda, compreendendo 61,7% (29 famílias) de participação do total da categoria (47 famílias), explicação que está ligada à estrutura fundiária da área da pesquisa, marcada pelos minifúndios e pequenas propriedades.

Esses minifúndios e pequenas propriedades se encontram dispostos espacialmente no sentido longitudinal, para ter acesso ao brejo Tremedal, ficando assim, com pequena largura e grande comprimento, como é o caso de uma propriedade que possui 60 metros de largura e 6000 metros de comprimento, sendo que o manejo da terra ocorre através de técnicas tradicionais com predominância de queimadas e plantio sem utilização de curva de nível, comprometendo o processo produtivo e aumentando a intensidade do uso do solo nas margens do brejo.

O número de famílias, por faixa de renda mensal em salário mínimo, segundo a profissão do chefe de família, ficou distribuído, conforme dados abaixo, sendo que do total das famílias cujo chefe é agricultor (77 famílias), 54,55% estão na faixa salarial de menos de um salário mínimo, 28,57% (22 famílias) na faixa de um salário mínimo a menos de dois, 12,99% (10 famílias) na faixa de dois salários mínimos a menos de três, 2,60% (2 famílias) na faixa de três salários mínimos a menos de quatro e 1,30% (1 família) na faixa de quatro salários mínimos e mais.

A profissão “do lar” apareceu em 33,61% dos 122 chefes de famílias pesquisados. Ainda, das 41 famílias investigadas, em que o chefe da família declarou essa profissão, 25 (60,98%) estão na faixa

salarial de menos de um salário mínimo, 8 (19,51%) na faixa de um salário mínimo a menos de dois e também 8 (19,51%) na faixa de dois salários mínimos a menos de três. Destaca-se que, na citada profissão, tradicionalmente a mulher possui participação integral e, na área da pesquisa, foi detectada em 41 famílias.

As profissões de “costureiro(a)” e “professor(a)” tem menor participação em números quantitativos, mas com relação à renda mensal familiar foi detectada na pesquisa uma única família na qual o chefe é costureiro(a), estando a mesma situada na faixa salarial de quatro salários mínimos e mais. Já a profissão “professor(a)” foi encontrada em três chefes de família, sendo que duas famílias cujo chefe é professor(a) estão na faixa de um salário mínimo a menos de dois e uma outra na faixa de quatro salários mínimos e mais.

A análise dos números da pesquisa indica que das 118 famílias, cuja profissão do chefe de família é “agricultor” e “do lar”, 67 famílias (56,78%) estão dentro da primeira faixa salarial, indicando que a renda apropriada é baixa. Essa conclusão indica que as famílias necessitam de maior apoio no processo produtivo, por intermédio de políticas públicas voltadas para desenvolver as potencialidades locais e melhorar a qualidade de vida da população.

A relação do número de famílias, por faixa de renda mensal em salário mínimo, segundo o número de pessoas por domicílio, pode ser verificada nos dados a seguir. Os dados encontrados na pesquisa se apresentam concentrados em números de famílias nas três primeiras faixas salariais, pois 67 famílias (54,92%), 32 famílias (26,23%) e 18 famílias (14,75%), do total de 122, estão, respectivamente, nessas primeiras faixas salariais. Os números também indicam que, na primeira faixa de renda mensal, observa-se que 46 (quarenta e seis) famílias possuem no máximo cinco pessoas por domicílio, ao passo que sete famílias possuem entre oito e treze pessoas por domicílio, que sobrevivem com essa mesma renda mensal. Esses dados mostram uma suposta tendência de queda do número de pessoas por família.

Verificando-se a quantidade de até cinco pessoas por domicílio, constata-se que 86 famílias estão aí incluídas, ou seja, 70,49% do total das famílias possuem no máximo cinco indivíduos e que dessas 86 famílias, 25 (29,07%) só têm dois membros. As razões que explicam essa situação por domicílio são basicamente as seguintes: parte dos membros da família migrou para a cidade à procura de trabalho e estudo, casais recentes ou casais de aposentados que vivem sozinhos, cujos filhos moram na mesma comunidade ou residem em outro local.

As características sócio-econômicas do Vale do Tremedal, tomando como parâmetro os indicadores da pesquisa, deixam claro que as comunidades rurais do município de Parnarama carecem de maior intercâmbio com as cidades mais próximas para poderem criar possibilidades de desenvolvimento. Segundo Veiga (2002), os laços que a comunidade rural mantêm com os centros urbanos próximos possibilitam ações de desenvolvimento.

As comunidades do Vale do Tremedal não usufruem em sua plenitude das liberdades instrumentais descritas por Amartya Sen (2000). E esta falta de liberdade freia o desenvolvimento local, provocando resultados sócio-econômicos e ambientais distantes da idéia de sustentabilidade.

O desafio para melhorar as condições sociais, econômicas e ambientais da população do Vale do Tremedal reside, talvez, na capacidade das forças sociais locais envolvidas no processo de desenvolvimento de imprimir, dentro do espaço rural, sua marca nas Políticas Públicas, para que estas venham a afirmar social, econômica e politicamente a escolha pela agricultura familiar, forma social de uso da terra que melhor responde à noção de sustentabilidade e às necessidades locais, microrregionais, regionais e do país. “O sucesso das iniciativas atuais por um novo e diferente modo de desenvolvimento está na razão direta dos resultados obtidos nesta direção, ou seja, no fortalecimento dos processos organizativos da agricultura familiar nas suas diversas formas associativas” (ALMEIDA, 1997, p. 52).

Portanto, o processo de desenvolvimento das comunidades rurais do Vale do Tremedal deve seguir o caminho em que as necessidades dos grupos sociais possam ser atendidas a partir da gestão democrática da diversidade. “O futuro da sociedade local passa a ser entendido como um fruto sadio que se cultiva pela participação, envolvimento, solidariedade, informação e ação dos atores sociais” (JARA, 1998, p.146).

Notas

1. Refere-se a poço para aquisição de água subterrânea, construído de maneira rudimentar (manualmente). Possui profundamente maior que a cacimba, requerendo uma estrutura de gangorra para extração da água.
2. Trata-se de poço de pequena profundidade (1,5 m em média), sendo construído sempre em local úmido (na margem ou no leito do brejo).

Bibliografia

- ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: _____; NAVARRO, Zander (Orgs.). **Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva de um desenvolvimento rural sustentável**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Editora da Universidade/UFRGS, 1997. p. 33-55.
- CAVALCANTI, Clóvis. (org). **Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas**. 4. ed. São Paulo: Cortez; Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2002, 436 p.
- IBGE. **Censo Demográfico 2000 (Maranhão)**. Características da população e dos domicílios. Resultados do universo. Rio de Janeiro, 2000.
- _____. **Subsídios ao Zoneamento Ecológico-Econômico da Bacia do Rio Itapecuru-MA**: Diretrizes Gerais para Ordenação Territorial. Estudos e pesquisas em Geociências, nº 5, Rio de Janeiro, 1998, 187 p.
- _____. **Censo demográfico 1980 (Maranhão)**. Sinopse preliminar do Censo Demográfico: Maranhão. Rio de Janeiro, 1981.
- GONÇALVES, Raimundo Ribeiro. **Entrevista concedida ao autor**. Comunidade Boa Vista, Parnarama, MA: 7 fev. 2005. 1 cassete sonoro (ca. 90 min), analógico, estéreo.
- JARA, Carlos Julio. **A sustentabilidade do desenvolvimento local**. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA). Recife: Secretaria do Planejamento do Estado de Pernambuco- Seplan, 1998, 316 p.
- LIMA, Otaviano da Costa. **Entrevista concedida ao autor**. Comunidade Olho d'Água do Manoel Teodoro, Parnarama, MA: 8 fev. 2005. 1 cassete sonoro (ca. 90 min), analógico, estéreo.
- PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil**. Brasília: PNUD, IPEA, FJP e IBGE, 2000. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em: 15 set. 2004.
- SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. 1. ed. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SEN, Amartya Kumar. **Desenvolvimento como liberdade**. 1. ed. Tradução: Laura Teixeira Mota; Revisão técnica: Ricardo Doniselli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, 409 p.
- SILVA, Raimundo Barbosa da. **Entrevista concedida ao autor**. Comunidade Estreito, Parnarama, MA: 8 fev. 2005. 1 cassete sonoro (ca. 60 min), analógico, estéreo.
- SOUSA, Francisca da Silva. **Comunicação verbal**. Comunidade Boa Vista, Parnarama, MA: 21 nov. 2004.
- VEIGA, José Eli da. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula**. Campinas, SP: Autores Associados, 2002.
- _____. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura**. 1. ed. Porto Alegre, RS: Ed. Universidade/UFRGS, 2000, 197 p.
- VILLA, Marco Antonio. **Vida e Morte no Sertão**. 1. ed. São Paulo: Ática, 2000.

Trabalho enviado em janeiro de 2006

Trabalho aceito em dezembro de 2006